

Relatório de Participação

Reunião: Reunião de Ministros Digitais do G-20 (Dusseldorf, 6 e 7 de abril de 2017), incluindo processo preparatório: Reuniões da Força-Tarefa sobre Economia Digital (Berlim, 13/01/ e 03/03) e Seminários multissetoriais sobre "Direitos do Consumidor Online" (Berlim, 14/03) e "Indústria 4.0" (Berlim, 15/03).

Participante: Ministro Carlos da Fonseca (Ministério das Relações Exteriores)

A delegação brasileira à Reunião de Ministros Digitais do G-20, realizada em Düsseldorf, nos dias 6 e 7 de abril de 2017, foi chefiada pelo Secretário de Política de Informática (SEPIN) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Maximiliano Martinhão, em representação do Ministro Gilberto Kassab, e integrada pelo Chefe da Divisão da Sociedade da Informação do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Carlos da Fonseca, e pelo senhor Daniel Cavalcanti, da SEPIN/MCTIC. A reunião incluiu processo de consultas multissetoriais sobre direitos do consumidor e indústria 4.0, de que também participou o senhor Luiz Fernando Castro Martins, Conselheiro do CGI.br.

PRIMEIRA REUNIÃO DA FTED (Berlim, 13/01/17)

2. No primeiro encontro da Força Tarefa sobre Economia Digital (FTED), iniciou-se discussão sobre os tópicos que deveriam ser aprovados pela Reunião de Ministros Digitais, com base em proposta da presidência alemã. Foram examinados, nesse contexto, projeto de Declaração Ministerial, Plano de Ação ("Roadmap") e anexos sobre "capacitação digital", "padronização digital" e "segurança e confiança".

3. A delegação brasileira salientou, de início, a dificuldade de se avançar nas propostas de anexos sobre "padronização digital" e "segurança e confiança", em vista da exiguidade do prazo para conclusão dos textos, bem como do conteúdo proposto, especialmente no que se refere à adoção de "padrões digitais universais" e a medidas em segurança cibernética em linha com a Convenção de Budapeste, da qual o Brasil não é signatário. Da mesma forma, destacou a importância de que a Declaração Ministerial fosse efetivamente acompanhada de um anexo contendo objetivos específicos a serem alcançados durante a Presidência alemã e subsequentes, de forma a permitir que a FTED, criada durante a Presidência chinesa do G-20 (2016), dê sequência a seus trabalhos nos próximos anos, evitando a reabertura de negociações substantivas sobre temas prioritários.

4. A coordenação alemã da FTED informou, contudo, que não estaria em condições de retirar da mesa os propostos anexos sobre padronização e confiança, reconhecendo, no entanto, a dificuldade de aprovar conjunto de documentos que ultrapassava, em sua configuração inicial, 40 páginas. Manifestou, por outro lado, disposição em empenhar-se pela aprovação de "roadmap", apesar da resistência de alguns governos presentes à reunião, em especial o norte-americano - que deu sinais inequívocos de preferir evitar a aprovação de compromissos de longo prazo no âmbito da FTED.

5. Ao final da reunião, foram selecionados os seguintes temas principais para composição do primeiro rascunho de Declaração Ministerial: infraestrutura e conectividade, com ênfase em áreas remotas e rurais; hiato digital, com ênfase em populações carentes; capacitação e alfabetização digital; tributação e regulamentação de plataformas; privacidade e segurança de dados; transformação digital, com ênfase na utilização de tecnologias emergentes; digitalização dos processos produtivos; defesa do consumidor online; criação de ambientes habilitadores para a geração de crescimento baseado na inovação digital e na economia de dados; papel das TICs na realização dos ODS; produção de conteúdo local, com destaque para o princípio do multilinguismo na economia digital; papel e importância das novas tecnologias para os mercados financeiros (Fintech), com ênfase para os novos meios de pagamento; acesso aos recursos digitais por parte das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs); novas oportunidades e ameaças que apresenta a economia digital em matéria de empregos; importância do apoio ao desenvolvimento de Start-Ups, por meio de fundos de capital de risco, "capital semente" e fundos sociais, com apoio de instituições financeiras internacionais; o potencial das tecnologias digitais para o incremento do comércio internacional; o potencial das tecnologias digitais para a agricultura; e a necessidade de gerar ambiente de segurança e confiança online, por meio de políticas e medidas em matéria de segurança cibernética e gestão de risco de segurança digital.

SEGUNDA REUNIÃO DA FTED (Berlim, 03/03/17)

6. A segunda reunião da FTED foi precedida de encontro do GT do G-20 sobre Comércio e Investimentos, durante o qual concluiu-se a negociação de texto sobre "Prioridades do G20 sobre Comércio Digital", posteriormente incorporado como anexo à Declaração Ministerial. O referido GT também aprovou parágrafo específico sobre comércio digital, centrado em definições e compromissos em cooperação internacional, o qual viria a ser igualmente integrado à Declaração Ministerial. A delegação brasileira à segunda reunião da FTED contou, aliás, com a participação do Conselheiro César Bonamigo, então da DNS, e da senhora Edna Cesetti, do MDIC, que haviam assistido ao encontro do referido GT sobre Comércio e Investimentos.

7. A FTED deu sequência às tratativas para conclusão da Declaração ministerial e seus anexos. A delegação brasileira manteve sua posição contrária à aprovação de anexos sobre "padronização digital" e "segurança e confiança", sugerindo que a FTED concentrasse sua atenção no anexo sobre "capacitação digital", no que contou com apoio das delegações de Argentina, África do Sul, Arábia Saudita, Índia, Indonésia e França. Diante do impasse, gerado pela insistência alemã em manter à mesa ao menos o anexo sobre "padronização digital", decidiu-se priorizar o texto sobre "capacitação", para apenas em seguida retomar a negociação sobre os demais documentos.

8. Ao final do encontro, chegou-se a solução de consenso sobre o referido documento, com os seguintes pontos principais: (1) encorajar estratégias nacionais para desenvolvimento de currículos que priorizem a aquisição de "habilidades digitais"; (2) apoiar políticas que fomentem a capacitação de trabalhadores de MPMEs em matéria digital; (3) incentivar programas de aprendizado e treinamento digital, com apoio de empresas e da academia; (4) prover às escolas os recursos e a infraestrutura apropriados para o ensino das "habilidades digitais"; (5) incentivar o ensino à distância como recurso para treinamento e capacitação; e (6) capacitar professores e instrutores para o ensino das "habilidades digitais".

SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DO CONSUMIDOR ONLINE (Berlim, 14 de março de 2017)

9. Na abertura do seminário sobre Direitos do Consumidor "Online", a ministra da Economia e Energia da Alemanha, Brigitte Zypries, mencionou os seguintes pontos: (i) "Os alemães teriam inventado o termo indústria 4.0, supostamente mais popular que o termo Internet das Coisas (IoT)"; (ii) o G-20, cujo PIB somado corresponde a 75% do mundial, deverá determinar os rumos da nova revolução industrial; (iii) a Conferência Ministerial do G-20 estabelecerá um "roadmap" com definição das áreas de trabalho conjunto dos países; (iv) incumbirá a cada país, segundo suas potencialidades, definir as áreas prioritárias para a exploração das novas tecnologias; (v) o futuro será digital, de modo que é necessário garantir o crescimento econômico inclusivo dentro desse ecossistema; (vi) a digitalização alcançará também as áreas rurais, o que é importante para muitos dos países do G20; (vii) o foco em MPMEs é especialmente importante, embora ainda não se saiba claramente todas as consequências da digitalização para o seu funcionamento; (viii) o temor que a digitalização causa no mercado de trabalho indica a necessidade do envolvimento e da capacitação dos trabalhadores e sindicatos no processo de transformação da economia; e (ix) a alfabetização digital é fundamental, desde a infância, a fim de conscientizar os usuários de serviços digitais de que a Internet é ferramenta não apenas para o consumo, como também para a governança e a participação cidadã.

PAINEL 1: REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

10. Javier Tizado, da Subsecretaria de Produção da Argentina, salientou que 80% dos argentinos têm acesso à Internet; 19,7 milhões são usuários de internet; 90% dos adultos já compraram na Internet; e que, entre 2015 e 2016, o valor das compras feitas na Internet passou de 67 milhões a 105 milhões de pesos. Por fim, tendo-se presente que as atribuições da sua Subsecretaria referem-se ao comércio doméstico, elencou como temas de preocupação a concorrência e a proteção de direitos. Nesse contexto, comentou sobre iniciativa governamental chamada "precios claros", uma página na Internet desenvolvida para responder às demandas por preços reais e confiáveis em um cenário de alta inflação. A iniciativa teria resultado da negociação direta com supermercados e atacadistas.

11. Despina Spanou, Diretora de "Digital Trust e Cybersecurity" da DG Connect (Comissão Europeia), afirmou que houve crescimento expressivo da agenda de direitos do consumidor nos últimos 4 anos. Para ela, essa agenda tem incluído temas como a necessidade de colaboração transfronteiriça no contexto de mercados globais. Observou que a UE criou a ideia de um mercado digital único, em cenário no qual a metade dos europeus possui acesso à tecnologia 4G, mas mais de 60% não confiam em compras feitas em outros países do bloco. Nesse sentido, comentou sobre a expectativa, por exemplo, da eliminação das taxas de "roaming" dentro da União Europeia e da entrada em vigor de regras europeias sobre proteção de dados e privacidade para o comércio eletrônico ("General Data Protection Regulation - GDPR"), bem como de normativa europeia sobre segurança cibernética. Quanto ao custo ocasionado por falhas na aplicação dos direitos do consumidor, estima-se que 770 milhões de euros são perdidos por ano por causa de páginas na Internet que violam esses direitos. Como reação a essas falhas, teria sido estabelecido mecanismo de solução de controvérsias "online", que teria registrado, até aquele momento, 28 mil queixas. Por fim, ao reconhecer as dificuldades ligadas ao estabelecimento do referido mecanismo, notadamente em função da diversidade linguística e cultural dos países integrantes do bloco, Spanou opinou que o sucesso da iniciativa deveu-se ao empenho de Governos, que participariam como mediadores dentro do próprio mecanismo de solução de controvérsia.

12. Marta Tellado, da "Consumer Reports" (EUA), afirmou que sua organização testa 4 mil produtos por ano, ao tempo em que reconheceu ser praticamente impossível manter-se a par das inovações de produtos. Segundo ela, o principal problema não são os "hardwares" utilizados, mas os programas ou softwares", de modo que é preciso estabelecer princípios e padrões para os produtos digitais a fim de assegurar que consumidores decidam o que consumir de modo informado. A respeito de eventuais

mudanças ocasionadas nessa área pelo Governo Donald Trump, não descartou a possibilidade de retrocesso nas políticas relativas à proteção à privacidade, na esteira de reformas dos padrões da "Federal Communications Commission - FCC", tendo como consequência, por exemplo, o fim da proteção de dados de cidadãos estrangeiros armazenados em servidores nos Estados Unidos.

13. Gilly Wong, "Chief Executive" do "Hong Kong Consumer Council", relatou as dificuldades de coordenação de esforços na Ásia com vistas ao estabelecimento de mecanismos de solução de controvérsias, notadamente em função da diversidade linguística dos países da região. Sobre o tema da concorrência, questionou a existência de alternativa ao "Alibaba", ao passo em que afirmou ser essa questão uma das principais preocupações do Conselho a que pertence. Segundo ele, outra preocupação seria a de acompanhar avanços tecnológicos, bem como avaliar até que ponto esses avanços são benéficos aos consumidores. Exemplificou a preocupação com a utilização por bancos de sistema de reconhecimento por voz.

PAINEL 2: LIDERES EMPRESARIAIS E DA SOCIEDADE CIVIL

14. Monique Goyens, da "European Consumer Organization", afirmou que um dos grandes problemas para a economia digital é a chamada "data concentration". Notou que Governos não têm agido decididamente contra esse fenômeno, embora se saiba que a consequência da concentração de dados em poucas empresas é uma economia digital pouco competitiva e com barreiras de acesso. Nesse sentido, manifestou preocupação com o "desempoderamento" dos consumidores, que se veem sem alternativas para a utilização de produtos digitais sem a obrigatoriedade de aceitação de termos de serviços que implicam o compartilhamento de seus dados. Indicou a virtual inexistência, inclusive na Europa, de mecanismos de reparação para problemas desse tipo.

15. Ivo Mechels, CEO da "Euroconsumers", anunciou que sua organização está lançando iniciativa chamada "my data is mine". Para ele, produtos e serviços digitais devem garantir um alto nível de proteção à privacidade, visto que esses serviços e produtos, na medida em que são utilizados, passam a dispor de informações suficientes para informar, por exemplo, sobre hábitos de rotina e estilos de vida dos consumidores. Sustentou, nesse contexto, que os contratos de serviços "online" devem ser claros, assim como defendeu a criação de plataformas virtuais que empoderem os consumidores. Nesse sentido, um dos serviços que sua organização pretende oferecer é o fornecimento de espaço para consumidores arquivarem recibos e garantias de produtos digitais, de forma a que tenham acesso de onde estiverem e também os possam compartilhar com outros.

16. Stephen Deadman, do Facebook, afirmou que a empresa está muito atenta ao

tema da privacidade, mas reconheceu a dificuldade de garantir a proteção a dados pessoais em tempos de liberdade do fluxo de informações. Disse, contudo, que o modelo de negócio do Facebook, que congrega em sua plataforma "online" mais de 1,9 bilhão de pessoas, depende da confiança dos consumidores, de modo que há, da parte da empresa, esforço constante na busca de soluções ao dilema entre proteção e liberdade do fluxo de dados. Por fim, indicou que uma das dificuldades para chegar a essas soluções decorre do fato de os usuários não terem tempo para se assegurar de que suas informações estão protegidas, de acordo com os mecanismos de controle disponíveis nas plataformas "online".

PAINEL 3: CONECTIVIDADE E INOVAÇÃO

17. Omobola Johnson, Chair da "Alliance for Affordable Internet", salientou os seguintes pontos: (1) a contribuição da Internet no PIB de países oscila em torno de 2%, mas em alguns casos chega a 8%; (2) mais de 3,5 bilhões de pessoas ainda estão "off-line"; (3) mulheres e pobres correspondem à maioria das pessoas nessa situação; (4) conectividade e confiança são as duas questões mais relevantes nos dias de hoje; (5) o principal problema não é apenas o acesso, mas as condições do acesso, incluídos custos e segurança; e (6) a falta de acesso de boa parte das pessoas decorre não da ausência de infraestrutura, mas da falta de recursos para custear o uso da infraestrutura.

18. Ao final do seminário sobre "Direitos do Consumidor Online", foi distribuído documento contendo proposta de medidas em dez áreas distintas: marcos regulatórios; conduta responsável das empresas e organismos de fiscalização; acesso e inclusão digital; transparência; empoderamento do consumidor; educação digital; segurança; privacidade e proteção de dados; tratamento de queixas e mecanismos de solução de disputas; concorrência e concentração de mercados ("decálogo"). Referido "decálogo" foi enviado à FTED como subsídio no contexto da elaboração dos documentos de resultados da Reunião de Ministros Digitais.

SEMINÁRIO SOBRE INDÚSTRIA 4.0 (Berlim, 15 de março de 2017)

PAINEL 1: FÁBRICAS DO FUTURO

19. Representante da empresa "General Electric" (Alemanha) reafirmou a importância da livre concorrência, embora admitindo que soluções no contexto da digitalização também dependem da colaboração entre empresas. Mencionou, igualmente, que os esforços de regulação costumam não satisfazer as necessidades das novas tecnologias, de evolução mais rápida que a correspondente normatização. Dessa forma, sugeriu que a alteração dos marcos legais para fazer frente a essa evolução pode

obstaculizar a inovação. Nesse contexto, a solução passaria por fomentar o intercâmbio entre empresas e reguladores, de modo a permitir o entendimento por parte das autoridades públicas do sentido das evoluções tecnológicas antes de buscar regulamentá-las.

20. De acordo com representante da empresa indiana "Mahindra", a indústria digital deverá quadruplicar nos próximos 10 anos, e a correspondente digitalização da economia tornará cada vez mais importante a chamada "economia baseada em dados". Agregou que a digitalização permite a otimização das cadeias produtivas, notadamente das cadeias de valor, com crescente descentralização dos processos produtivos.

PAINEL 2: DEFININDO O FUTURO DA INDÚSTRIA

21. Participaram do painel autoridades da União Europeia, Japão, Coreia do Sul, Alemanha, México e Austrália. Entre os principais comentários, salientou-se o papel das universidades e dos pesquisadores; a importância da cooperação com pequenas e médias empresas; e o compartilhamento de melhores práticas entre companhias, provedores de serviços e clientes, redes de fornecedores. Afirmou-se, por outro lado, a importância da formação de engenheiros de "software", por oposição à engenharia de "hardware"; do desenvolvimento de capital humano (no México, por exemplo, seria preciso capacitar 80% da força total de trabalho que se encontra em pequenas e médias empresas); da criação de centros de competência em nível nacional; e da cooperação para a medição de equipamentos, mediante redes internacionais de avaliação de qualidade.

PAINEL 3: IMPACTO DA DIGITALIZAÇÃO EM PAÍSES EMERGENTES

22. O mediador do painel, Dennis Gorlich, mencionou o que considera os três principais aspectos da digitalização: (1) no contexto da digitalização das manufaturas e da Internet das Coisas (IoT), a necessidade de integração de todos os aspectos da produção, do "design" ao serviço pós-venda; (2) o futuro das plataformas e "market places" para serviços e comércio, especialmente seu papel na distribuição e realocação de mão de obra ociosa; e (3) a importância, para países em desenvolvimento, do acesso a infraestrutura e tecnologias, de modo a reduzir a produção tradicional, intensiva em trabalho, bem como os problemas relacionados ao comércio tradicional.

23. Augusto Luis Alcorda, da UNIDO, elencou os seguintes pontos relativos ao impacto da digitalização da economia para os países em desenvolvimento: (1) o problema da automação é superestimado; (2) entre 60 e 65% dos empregos em países em desenvolvimento, de natureza informal, serão menos suscetíveis à automação; (3) as

dificuldades de acesso à energia, ao financiamento e à mão de obra capacitada podem ser obstáculos à automação tão grandes ou maiores do que acesso à própria tecnologia; (4) dessa forma, a infraestrutura de telecomunicações, bem como a infraestrutura física, necessita ser aprimorada para criar as condições de que a nova revolução industrial chegue aos países em desenvolvimento; e (5) com a automação, deverá haver aumento da pressão sobre os salários, o que poderá gerar problemas políticos.

24. Carl Benedikt Frey, da Universidade de Oxford, afirmou que a preocupação com o impacto das novas tecnologias sobre o mercado de trabalho sempre existiu. A julgar pelas três revoluções industriais anteriores, novas formas de produção teriam sempre trazido o temor da destruição de empregos. Contudo, no caso da chamada 4ª revolução, há fatores reais para inquietação. Com a digitalização, haveria tendência ao desaparecimento de empregos com salário médio, o que tenderia a acentuar a polarização do mercado de trabalho entre profissionais altamente qualificados e aqueles sem necessidade de qualificação. Segundo Frey, pesquisas mostrariam que esse cenário já se estaria verificando em países desenvolvidos. Contribuiriam para o fenômeno a competição com produtos importados da China e a automação das atividades laborais, que, por um lado, requerem operadores capacitados, com elevados salários, e, por outro, provocam a substituição de outros postos de trabalho por máquinas. Afirmou, ainda, que a automação fornece incentivo para a produção se acercar do consumidor final, em contraste com a produção intensiva em trabalho, que estava mais próxima às zonas onde a mão de obra era mais barata. Dessa forma, como resultado da digitalização, a provável tendência seria a de a produção retornar à Alemanha e aos Estados Unidos, por exemplo, embora admita também a descentralização produtiva.

25. Os resultados do seminário sobre "Indústria 4.0", que contou com participação maciça de representantes da sociedade civil, empresas, comunidade técnica e governos, foram tabulados pela Presidência alemã na forma de documento de trabalho, e incorporados como subsídio às discussões no âmbito da FTED, com foco central na temática da padronização digital.

REUNIÃO FINAL DA FTED (Düsseldorf, 5 de abril)

26. O último encontro da FTED foi presidido pelo Vice-Ministro alemão de Economia, Sigmar Gabriel. Pelo lado brasileiro, participaram o SEPIN/MCTIC, o Chefe da DI e do senhor Daniel Cavalcanti.

27. Previamente à reunião, a coordenação alemã informou haver decidido retirar da mesa os anexos sobre "padronização" e "segurança", sugerindo a incorporação à Declaração Ministerial de parte do conteúdo dos mesmos, no que contou com a aprovação dos demais países. Eliminado esse problema, e já aprovado o anexo sobre

"capacitação", a negociação concentrou-se nos pontos ainda pendentes da Declaração e do "Roadmap", especialmente: tributação e regulamentação de plataformas; iniciativas de superação do hiato digital de gênero; impacto da economia digital em matéria de concorrência e concentração de mercados; multilinguismo e produção de conteúdo local; adoção do "decálogo" sobre direitos do consumidor online; interoperabilidade e adoção de padrões "universais" para tecnologias digitais; harmonização normativa e regulatória; e livre fluxo transfronteiriço de dados.

28. Ao final da reunião, que avançou até às 22 horas do dia 5, logrou-se texto com consensos mínimos nos temas acima. Merece registro a postura da delegação norte-americana, que dificultou ao máximo a negociação de temas como regulamentação e tributação de plataformas; concorrência e concentração de mercados; conteúdo local; e direitos do consumidor, entre outros, contrariando, inclusive, posições já acordadas em reuniões anteriores.

29. Nesse particular, chamou a atenção a decisão do chefe da delegação dos EUA, Apollo Fuhriman, ex-funcionário da Microsoft transferido para o Departamento de Comércio, que recuou, por instrução do DoC, em acordo estabelecido naquele mesmo dia, sobre a inclusão de linguagem relativa a concorrência e concentração de mercados na Declaração Ministerial. A exigência de eliminação de referências ao tema levou à convocação de nova rodada de negociações na manhã do dia seguinte, uma hora antes do início da Ministerial.

REUNIÃO DE MINISTROS DIGITAIS

30. Superadas as dificuldades relativas aos textos oficiais do encontro, a Ministerial serviu essencialmente para uma troca de posições acerca dos principais temas da agenda internacional de economia digital. Entre os temas tratados, merecem destaque as dificuldades para avanço nas discussões sobre comércio eletrônico, na OMC; e os desafios de uma agenda de cooperação internacional em matéria de segurança digital. A esse respeito, o SG-OCDE salientou a importância de estabelecimento de foro especializado que permita melhor coordenação de políticas na matéria, troca de experiências, melhores práticas e capacitação.

31. Para o lado brasileiro, a reunião foi oportunidade para o SEPIN/MCTIC apresentar as diferentes iniciativas em curso no país para formulação de uma Estratégia para Transformação Digital; uma Estratégia de Governo Digital; e uma Política Nacional de Segurança da Informação.

32. Não obstante as dificuldades que marcaram o processo negociador, conforme

relatado acima, a avaliação geral do processo é positiva, sobretudo na medida em que resultou na aprovação de plano de ação, que lista os temas sobre os quais o G-20 deverá avançar já a partir do final deste ano, com a passagem da Presidência para a Argentina. A Declaração adotada pela Reunião Ministerial, intitulada "Shaping Digitalisation for an Interconnected World" incluiu três anexos: "A Roadmap for Digitalisation Policies for a Digital Future"; "Digital Skills in Vocational Education and Training"; e "G20 Priorities on Digital Trade".

33. À diferença da Declaração Ministerial, documento de natureza genérica e política, o "Roadmap" lista conjunto limitado e específico de medidas que deverá nortear os trabalhos da FTED nos próximos anos, evitando a permanente reabertura de negociações sobre fundamentos e propósitos da Força Tarefa. O sentido de continuidade que oferece o "Roadmap" constitui, assim, contribuição essencial para o futuro de um foro que já se apresenta como dos mais importantes, em nível internacional, para o tratamento dos temas afetos à economia digital. Tendo em vista a natureza dos assuntos tratados, cabe registrar o empenho da presidência alemã em manter processo de consultas multissetoriais cujos resultados subsidiaram a elaboração dos documentos finais, esforço que deverá ser mantido pela presidência argentina e que conta com total apoio do governo brasileiro.

34. Os documentos de resultados da reunião ministerial podem ser localizados em consulta aos sites: https://www.g20.org/Content/EN/Artikel/2017/04_en/2017-04-06-g20-digitalministerkonferenz_en.html e http://unctad.org/meetings/en/Contribution/dtl_eWeek2017c02-G20_en.pdf